

## Migração estudantil e preconceito de origem geográfica: um estudo com estudantes do Norte e Nordeste brasileiro na Universidade Federal de Goiás



Higo Gabriel Santos Alves<sup>i</sup>

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto<sup>ii</sup>

Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

### Resumo

Compreende-se que a migração estudantil interestadual tem se estruturado enquanto política educacional devido ao conjunto de ações empreendidas pelo Estado brasileiro, que intenciona para essa finalidade. Nesse sentido, objetiva-se com este texto conhecer as vivências dos estudantes brasileiros nortistas e nordestinos que migram para acessar à educação superior e a sua percepção do preconceito de origem geográfica. Após realizar entrevistas com estudantes provenientes dessas regiões, constatou-se que, além das dificuldades encontradas para se afiliarem institucional e intelectualmente à universidade, os que são provenientes dos estados do Norte e Nordeste do país lidam com o preconceito de origem geográfica. Para tanto, a análise dos dados foi fundamentada nos estudos de Albuquerque Júnior (2011, 2012, 2016), Goffman (2008) e Santos (2012). Concluiu-se que a permanência do estudante está vinculada às suas condições objetivas, mas não se pode diminuir o impacto de questões que afetam a subjetividade desses sujeitos, como é o caso do preconceito de origem geográfica.

### Palavras-chave

mobilidade estudantil; preconceito de origem geográfica; acesso à educação superior.

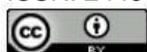
### Student migration and prejudice of geographic origin against students from the North and Northeast of Brazil at the Federal University of Goiás

### Abstract

It is understood that interstate student migration has been structured as an educational policy due to the set of actions undertaken by the Brazilian State that are intended for this purpose. In this regard, the aim of this text is to understand the experiences of Brazilian students from the North and Northeast who migrate to access higher education and their perception of prejudice of geographic origin. After conducting interviews with students from these regions, it was found that, in addition to the difficulties encountered in affiliating institutionally and intellectually with the university, those who come from the North and Northeast states of the country deal with prejudice of geographic origin. To this end, data analysis was based on studies by Albuquerque Júnior (2011, 2012, 2016), Goffman (2008) and Santos (2012). It is concluded that the student's permanence is linked to their objective conditions, but the impact of issues that affect the subjectivity of these subjects cannot be reduced, as it is the case of prejudice of geographic origin.

### Keywords

student mobility; prejudice of geographic origin; access to higher education.



## Migración estudiantil y prejuicio de origen geográfico contra estudiantes del Norte y Nordeste de Brasil en la Universidad Federal de Goiás

### Resumen

Se entiende que la migración interestatal de estudiantes se ha estructurado como una política educativa debido al conjunto de acciones emprendidas por el Estado brasileño destinadas a ese fin. En este sentido, el objetivo de este texto es comprender las experiencias de estudiantes brasileños del Norte y Nordeste que migran para acceder a la educación superior y su percepción del prejuicio de origen geográfico. Luego de realizar entrevistas con estudiantes de estas regiones, se constató que, además de las dificultades encontradas para afiliarse institucional e intelectualmente a la universidad, quienes provienen de los estados del Norte y Nordeste del país enfrentan prejuicios de origen geográfico. Por lo tanto, el análisis de los datos se basó en los estudios de Albuquerque Júnior (2011, 2012, 2016), Goffman (2008) y Santos (2012). Se concluyó que la permanencia del estudiante está ligada a sus condiciones objetivas, pero no se puede reducir el impacto de cuestiones que afectan la subjetividad de estas personas, como ocurre con el prejuicio de origen geográfico.

### Palabras clave

movilidad estudiantil; prejuicio de origen geográfico; acceso a la educación superior.

## 1 Introdução

A educação superior brasileira, ao longo da história, foi marcada por condições estruturais que particularizam a forma que o seu sistema foi implementado no país. Uma dessas particularidades é o seu limitado sistema. Tal condição reflete a oferta de vagas muito menor do que a demanda e a exclusão de determinados segmentos sociais. Esse quadro revela que o acesso à educação superior reflete as disputas que estão para além do campo educacional, indica a perspectiva de educação dos agentes que ocupam o Estado, seja sua concepção de direito social ainda não universalizado ou da sua subordinação à lógica de um serviço.

No limiar dos anos 2000, houve uma redefinição nas políticas educacionais para o acesso à educação superior. As políticas educacionais implementadas nos governos de Lula (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2016) contribuíram para a redefinição do sistema de educação superior, numa perspectiva de possibilitar o seu acesso. Adverte-se que a perspectiva democratizadora concretiza-se no período mencionado, não como se brotasse de forma pontual nesse momento histórico, obviamente; muito de outro modo, ela vai sendo gestada ao longo dos anos, sobrevivendo às concepções adversas, até concretizar-se quando forças políticas favoráveis logram efetivar tais iniciativas.

Nessa direção, tais políticas ampliaram o número de instituições federais, interiorizando a sua oferta, resultando no aumento do número de cursos e matrículas; instituindo uma prova única para os estudantes em todo o território nacional, como foi o caso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e criando um sistema centralizado para que pudessem se candidatar em qualquer instituição pública que a ele tenha aderido, como preconiza o Sistema de Seleção Unificado (SiSU). Houve também a aprovação da Lei nº 12.711/2012, que assegurou vagas às camadas historicamente excluídas da educação superior, como indígenas, negros, pobres, pessoas com deficiência e, mais recentemente, com a Lei nº 14.723/2023, a inclusão dos quilombolas, todos oriundos da educação pública.

No setor privado, houve a reformulação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni), que concedeu bolsas parciais e integrais de até 100% do valor da mensalidade para que estudantes pobres acessassem esse nível de ensino. Na avaliação de Miranda e Azevedo (2020), essa expansão privada atendeu aos interesses do capital, às custas do fundo público, favorecendo o setor privado-mercantil e a transnacionalização desse nível educacional.

Compreende-se que a aglutinação dessas políticas educacionais vem alicerçando a migração estudantil interestadual, uma vez que a congruência de tais políticas tem implicado imediata e progressivamente o aumento desse tipo de migração. A política educacional diz respeito não apenas ao acesso, gestão e qualidade da educação, como também ao posicionamento do Estado diante da demanda social por educação. As políticas implementadas na educação superior possuem ações diretas, materializadas em legislações, programas e projetos, com a finalidade de reconhecer um problema, neste caso, o não acesso da população à educação superior, e também ações indiretas, que são decorrentes dessas políticas educacionais. Acredita-se que a migração estudantil vem se estruturando como uma política educacional na esteira dessas políticas de acesso e permanência nesse nível de educação.

Como Cardoso *et al.* (2022) destacam, a reestruturação da educação superior e as mudanças que ocorreram ocasionaram consequências para as instituições de ensino superior públicas e privadas, sendo uma delas a decisão de migrar para acessar a educação superior. Assim, de forma articulada, tais políticas impulsionaram o aumento da migração estudantil interestadual nos últimos anos (Cardoso *et al.*, 2022; Collares;

Goellner, 2017; Li, 2016; Teramatsu; Straforini, 2022), pois estão estruturadas em programas que, dentre vários objetivos, assumiam essa finalidade: aumentar o deslocamento educacional.

Apesar de a migração estudantil interestadual não ser recente, esse deslocamento é impulsionado e intensificado após a adoção de políticas educacionais capitaneadas pelo Estado brasileiro, como é o caso do ENEM e do SiSU. Essas políticas de acesso à educação superior ressignificam as migrações internas; se por muito tempo as migrações de nordestinos e nortistas, por exemplo, justificavam-se pela possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, mesmo que em empregos mais subalternos, agora elas também ocorrem pelo acesso à educação superior.

Os estudantes que migram carregam consigo expectativas sobre a formação profissional e sobre o que significa este ingresso em uma instituição de educação superior, bem como suas histórias, seus marcadores sociais e suas identidades, que os particularizam no espaço social. Nesse sentido, como apontado na pesquisa de Alves (2023), além das dificuldades que os estudantes encontram para se afiliarem institucional e intelectualmente à universidade, os que são provenientes dos estados do Norte e Nordeste brasileiro lidam com o preconceito de origem geográfica. Ressalta-se que esse preconceito, conforme apontado pelos estudantes nas entrevistas, materializa-se nas diferenças socioculturais, na música, na geografia do território, nos hábitos alimentares, no sotaque, a partir de estereótipos reificados na sociedade, em que os associam à pobreza, falta d'água, inferioridade intelectual, dentre outros.

De acordo com Silva (2014), ao pesquisar as identidades de professores nortistas e nordestinos na pós-graduação na cidade de São Paulo, é importante reconhecer o território de origem como condição que sedimenta as vivências ao longo da vida e nos modos de ser e estar no mundo. Ademais, apesar de esse movimento migratório ser impulsionado pela necessidade de qualificação profissional, os participantes da pesquisa relataram que foram expostos ao preconceito e discriminações em decorrência da origem geográfica (Silva, 2014), demonstrando que esse preconceito afeta estudantes nortistas e nordestinos independentemente do nível de educação que estão cursando.

Nessa direção, este trabalho apresenta dados sobre o preconceito de origem geográfica que estudantes migrantes nortistas e nordestinos sofreram fora de seu

estado da federação, no contexto das migrações estudantis para acesso à educação superior na Universidade Federal de Goiás (UFG). Na primeira seção, dialogaremos sobre o preconceito de origem geográfica; em seguida, apresentaremos a percepção desse preconceito pelos estudantes migrantes; e, nas considerações finais, iremos discutir o papel privilegiado que a universidade ocupa no processo de desconstrução desse preconceito.

## 2 Metodologia

Esta pesquisa é caracterizada como de natureza qualitativa, tendo em vista que o objetivo é conhecer as vivências desses estudantes e sua percepção do preconceito. A escolha metodológica se deu pela sua variedade de técnicas e recursos, no aprofundamento dos significados, na reflexão do pesquisador acerca da sua pesquisa como parte da construção do conhecimento (Triviños, 1987). Classifica-se como do tipo exploratória; no seu delineamento, foi utilizada pesquisa de campo.

A pesquisa foi desenvolvida a partir das informações coletadas dos estudantes que migraram para a UFG, nos campi Colemar Natal e Silva e Samambaia, ambos na cidade de Goiânia, e no *campus* de Aparecida de Goiânia, localizado na região metropolitana. Foram incluídos estudantes com matrícula ativa que havia iniciado o curso entre 2015 e 2019 e que haviam concluído o ensino médio em outra unidade da federação (UF). A identificação da conclusão da escola do ensino médio foi apontada por Li (2016) como um indicador mais atual de se o estudante havia migrado ou não de estado. Logo, esta pesquisa também utilizou a UF de conclusão do ensino médio como indicador para verificar o número de migrantes na UFG. Caso se utilizassem os dados com o local de nascimento, o resultado poderia ser equivocado, tendo em vista que, como pontua o Instituto Mauro Borges (2017), cerca de 30% da população goiana é migrante, já que o foco da presente investigação é a migração para fins de escolarização.

Aplicou-se um questionário e realizaram-se entrevistas semiestruturadas. Os questionários continham 28 questões e foram preenchidos antes da realização das entrevistas. Ressalta-se que os nomes dos entrevistados no texto são fictícios e foram sugeridos pelos próprios estudantes. Os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e concordaram em participar da pesquisa. O

projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Goiás, através do parecer nº 5.502.128.

### 3 Considerações sobre o preconceito de origem geográfica

As manifestações de preconceito contra origem geográfica foram histórica e ideologicamente construídas na sociedade brasileira. Ressalta-se que a criação desses preconceitos não é natural, rígida e imutável, mas são edificações artificiais, nas quais se concedem aos sujeitos ou grupos que os sofrem homogeneidade, generalização, estereotipia e caricaturização pela via do discurso, sendo que tais características passam a definir grupo social.

A complexificação da sociedade brasileira bem como as diferenças e os conflitos sociais que a dividem dão abertura para o surgimento de inúmeros preconceitos de procedência regional, que são confundidos com preconceito de raça e classe e aqueles oriundos da disputa por espaço no mercado de trabalho (Albuquerque Júnior, 2016). Nóbrega (2007) aponta nessa direção ao afirmar que esse preconceito se manifesta em três dimensões: racial, classe e cultural.

É importante destacar que a dinâmica da divisão das regiões, como é vista nos dias de hoje, não foi uma questão rígida e imune a movimentos externos à questão geográfica. Tal construção é uma síntese da formação social, econômica e política baseada num determinado espaço característico. Nesse sentido, é importante apontar algumas características da formação sócio-histórica do Brasil.

No processo de povoamento do território brasileiro, duas características devem ser destacadas: “[...] significativa diversidade regional e uma política de ocupação dos territórios que tinha ligação direta com a atividade mais lucrativa no momento” (Santos, 2012, p. 57). Para Santos (2012), no momento em que a economia açucareira colonial entra em decadência, o foco produtivo migra para Minas Gerais e seu entorno: Rio de Janeiro, que se torna a capital da Colônia nesse período, e São Paulo, então Capitania de São Vicente. Com o advento da economia cafeeira no Sudeste, especificamente São Paulo, a região Nordeste deixa de ocupar a posição central na economia e na política brasileira. Santos (2012) argumenta que o Nordeste não se beneficiou com o ciclo do café, em que a região pouco se modificou estruturalmente, comparada ao período

colonial. Pelo histórico apresentado, argumenta-se que a desigualdade social e a concentração de renda constroem a realidade socioeconômica da região Nordeste.

A relação entre centro e periferia foi estabelecida entre o Nordeste, subordinado e dependente, e o Sul-Sudeste, industrializados. As desigualdades regionais participam do movimento de concentração e centralização do capital, sendo formas divergentes de reprodução do capital e das relações de produção. O Nordeste cumpre seu papel na divisão regional do trabalho, ao ofertar mão de obra abundante, com menor custo e especialização, em comparação a outras regiões, nas quais são concentradas as riquezas produzidas no país. Nessa direção, como pontua Santos (2012), a forma subalterna com que o Nordeste se inseriu na dinâmica capitalista brasileira pode ser verificada nos péssimos indicadores de pobreza, analfabetismo, violência, relações precárias de trabalho, alto nível de dependência dos programas de transferência de renda.

No que se refere ao preconceito contra a população nordestina, destaca-se que tanto esse tipo de preconceito como a xenofobia são manifestações determinadas histórica e politicamente. São frutos de lutas de poder e possuem alvos específicos no decorrer da história. Na análise de Albuquerque Júnior (2016), a xenofobia pode ser caracterizada como uma reação de rejeição, aversão, recusa ao estrangeiro e ao estranho. Pressupõe uma territorialidade que estabelece interioridade e exterioridade simbólica, territorial, cultural, fazendo do que vem de fora desse território, dessa cultura, um estranho. Para o autor, a xenofobia é um sentimento perverso, pois incide sobre um ser humano já em situação de fragilidade, em situação de estranhamento e precariedade territorial.

Aqui merece um destaque: “xenofobia” é uma palavra de origem grega que quer dizer medo ao estranho, ao estrangeiro. Entendendo que o conceito de estrangeiro se refere a quem é de outra nacionalidade, no caso em tela, adotou-se o termo preconceito de origem geográfica por entender que se trata de uma população de um mesmo país.

O preconceito de origem geográfica se reproduz no cotidiano, mesmo que disfarçado de elogio, assim é comum serem ensinados chavões preconceituosos e nada inocentes, como: “Você fala correto, nem parece baiana”; “O seu jeito de falar é engraçado”; “O Nordeste é bom, só tem praia”; “Baiano entende mesmo de festa”. Esses comentários também fazem parte de um conjunto de preconceitos travestidos de discursos de cordialidade e simpatia, que reforçam o caráter de inferioridade que as minorias têm diante de um padrão imaginado, mas que não deveriam ter. Apesar de

pertencer a uma região geográfica estigmatizada, isso seria minimizado por reproduzirem algum comportamento normatizado.

Vasconcelos (2006) argumenta que as noções de clima e raça vão singularizar o país ao explicarem o atraso e a demorada mobilidade dos nordestinos. O estereótipo do nordestino origina-se da vontade do Sul de opor-se ao Norte, porém, as representações do nordestino vinculado ao rural, ao interior, são decorrentes também da postura das elites nordestinas. Isso acontece em nome da manutenção de uma ordem econômica e política. Conforme Albuquerque Júnior (2016), a figura do nordestino visava se contrapor ao Brasil moderno, do café-industrial, e incorporava o sertanejo, que se tornou bruto pela natureza das secas, um resistente capaz de enfrentar todo tipo de dificuldade e sobreviver a ela. A resistência se refere tanto à seca, que assola grande parte da região, como à busca de manter a pureza da brasilidade, ao se distanciar das influências modernizantes a que o Sudeste estava sujeito.

Ao se rotular de forma pejorativa um grupo social, todos os seus membros são estigmatizados e reduzidos a um único modo de pensamento, cultura e valor. No que se refere ao estigma, Goffman (2008) argumenta que este é estabelecido a partir de determinada característica dos indivíduos, passando, assim, a serem reconhecidos apenas por essa característica, como se em todos os momentos agissem utilizando apenas aquela identidade.

Estudos como o de Albuquerque Júnior (2012) e o de Zanlorenzi (1999) contribuem na leitura do que foi a construção social do Nordeste e no estereótipo do baiano como portador da preguiça. De acordo com Albuquerque Júnior (2012), a literatura (compreendendo livros, filmes, músicas e textos sociológicos) contribuiu na forma com que inventaram uma imagem homogênea de uma parte do Brasil, um outro espaço em relação ao Centro-Sul do país, cristalizando, assim, os estereótipos subjetivados como características do ser nordestinos e da região Nordeste, localizados em posição de inferioridade.

Em sua tese de doutoramento, Zanlorenzi (1999) argumenta que o discurso de atribuir a preguiça ao baiano contém um teor racista, tendo em vista a prevalência de negros naquele estado. A autora aponta que foi no movimento de a Bahia se inserir na divisão inter-regional do trabalho, tanto com relação à economia quanto aos bens simbólicos, que a fama da preguiça foi gradativamente colada aos baianos.

Dessa forma, entende-se que o preconceito de origem geográfica contra nordestinos contribui na reprodução da desigualdade social na medida em que se naturalizam relações desiguais de poder. A dimensão simbólica de poder é incorporada para além da questão material, com isso, no que se refere ao acesso à educação superior, é uma problemática que se relaciona não apenas com a estrutura desigual de acesso a esse nível de ensino, mas que afeta também as possibilidades de permanência e a autoestima desse estudante que se constitui a partir do estereótipo do ser nordestino.

Considerando as mudanças no cenário da educação superior brasileira, pode-se dizer que a mobilidade geográfica dos estudantes no Brasil é uma realidade. Contudo, enfatiza-se que nenhum grupo se desloca sem carregar consigo um conjunto de bens simbólicos transmitidos por seu grupo social. Nesse sentido, apesar de a migração estudantil estar se tornando cada vez mais incentivada e patente na sociedade contemporânea, ainda são poucos os estudos que dão conta de discutir a complexidade dessa questão e a multiplicidade de variáveis que permeiam a permanência do estudante migrante. Como Ballerini e Silva (2015, p. 215) argumentam, “[...] as migrações estudantis trazem à tona a emergência de entender a educação como uma instância para além da escola”.

#### **4 Manifestações de preconceito entre os estudantes da UFG de origem nortista e nordestina**

De acordo com Dutra, Azevedo e Laier (2018), a migração estudantil pode representar um projeto temporário, o qual objetiva atender às expectativas governamentais, e quem vivencia essa migração pode se deparar com a revisão de projetos pessoais. Além disso, as ideias de provisoriedade e não pertencimento sempre os acompanharão em sua trajetória acadêmica, levando os atores envolvidos a buscarem diferentes formas de integração e construção de relações sociais locais.

O preconceito de origem geográfica foi uma questão levantada pelos estudantes que migraram para a UFG. Para Rosário e Soeira (2010), os deslocamentos nordestinos estão historicamente associados à saída da miséria e à busca por uma suposta melhora de vida em lugares mais industrializados. Esse novo tipo de migração, com finalidade educacional, propõe uma ruptura no movimento realizado ao longo da história. A

sociedade brasileira, centrada política e economicamente no Centro-Sul do país, credita aos nortistas e nordestinos a migração com o objetivo de inserção no mercado de trabalho, e não para acessar a educação superior.

As falas dos estudantes migrantes confirmam essa questão:

*Já houve algumas situações desagradáveis em relação ao meu sotaque, à minha cor ou à minha orientação sexual também, mas são coisas que acontecem no dia a dia e a gente releva [...] já falaram que o meu sotaque não era bonito, que era feio, que a minha pele era um pouco escura (Arthur – migrou do Pará).*

*Eu sofri um pouco de xenofobia quando eu cheguei, porque a minha família é do norte de Minas Gerais, uma mistura com norte de Minas, Belo Horizonte e baiano, sabe? As vogais são bem mais abertas, aí tinha umas pessoas que..., por exemplo, eu tinha uns amigos que brincavam comigo e eu brincava com eles, mas tinha algumas pessoas que não era brincadeira (Beatriz – migrou de Minas Gerais).*

*Em Senador Canedo [cidade da região metropolitana de Goiânia], foi um pouco complicado; achei o pessoal muito xenofóbico. Até então, foi muito difícil para me adaptar (Jordana – migrou da Bahia).*

Os excertos acima revelam o sotaque como o principal fator para o preconceito de origem geográfica. O sotaque é o primeiro modo de identificar a procedência geográfica de um determinado sujeito; são manifestações imediatas de identidade linguística dos falantes (Bagno, 2015). A forma como algumas letras são pronunciadas contribuem para essa identificação. No entanto, a variedade linguística, com uma formação social diversa, pode contribuir para que o preconceito linguístico seja associado ao preconceito social. Como Bagno (2015, p. 280-281) destaca:

Devido às condições socioeconômicas de determinadas regiões, as falas características desses lugares receberão avaliação positiva ou negativa de acordo com o prestígio político e/ou a importância econômica da região. Isso explica a forte carga de desprestígio que pesa sobre as variedades nordestinas, identificadas com uma região tida como 'atrasada' politicamente e subdesenvolvida economicamente. Um falante nordestino no Sudeste é facilmente identificado por seu sotaque e, em decorrência disso, pode vir a sofrer muita discriminação.

O que fica nítido é como o sotaque, mais do que representar a identidade linguística, funciona como um mecanismo de poder. Há uma hierarquia de formas corretas, bonitas, e as consideradas engraçadas a partir do desenvolvimento econômico do país. Beatriz informou que se forçou a apagar os traços característicos de sua variedade linguística, mas que, quando se sente segura, volta a falar da forma que sempre se expressou.

Se as referências provenientes dessas regiões não são positivadas pela sociedade, os sujeitos podem passar por perdas de referenciais linguísticos, sociais e culturais. Beatriz disse que a estratégia utilizada para não sofrer preconceito linguístico foi parar de falar com o seu sotaque: *“Me arrependo até hoje de ter feito isso. Às vezes, o meu sotaque volta quando eu estou mais confortável, em um ambiente com amigos mais próximos, no qual eu relaxo e paro de focar”*. Destaca-se que o preconceito linguístico também está associado ao capital econômico; as regiões com maiores concentrações de capital econômico tendem a ditar o modo de falar corretamente, o sotaque bonito, a prosódia a ser reproduzida.

A produção discursiva e imagética sobre o Nordeste é produto de um entrecruzamento de discursos políticos, socioeconômicos, culturais e memoriais que pode ser construída tanto de um movimento interno, com o objetivo de afirmar sua identidade, como externo, com a finalidade de se contrapor ao outro. Nesse sentido, outra questão apontada na entrevista se refere à seca e à falta d'água, como exposto pelo estudante João (migrou do Piauí):

*Às vezes, rolavam alguns comentários como brincadeiras, sabe? Eu levo numa boa, mas outras pessoas levam para outro sentido, como xenofobia ou algo do tipo [...] no dia que eu estava me matriculando na escola de Agronomia, tem um senhor lá, e eu já tinha falado que tinha andado muito e não tinha encontrado o lugar, que falou que no Piauí eu andava 30 quilômetros para encontrar água ou algo do tipo. Foi a única situação, mas me chateou.*

É fato que a ideia de Nordeste foi edificada a partir de elementos da realidade concreta, como, por exemplo, menor presença de chuvas em determinados territórios da região. No entanto, em decorrência desses problemas, construíram-se muitos estereótipos. De acordo com Albuquerque Júnior (2011), a seca de 1877 foi um marco histórico. A partir desse ano, origina-se não apenas o que seria a “indústria da seca”, mas o vetor discursivo das elites econômicas dos estados do Norte, como uma área miserável, sofrida e pedinte, a qual, por isso, deveria contar com a solidariedade dos estados do Sul. Por conseguinte, a seca, como um evento climático, será um dos pilares das representações sociais difundidas em todo o território nacional.

Silva (2014) destaca que a produção e a circulação dos livros didáticos de Geografia contribuíram na construção de várias representações sociais que particularizaram o Nordeste brasileiro, como a seca, o cangaço, o messianismo, dentre

outros. Para a autora, os livros didáticos são produções humanas e os conteúdos escolares não são neutros, colocam-se como instrumentos pedagógicos do Estado que, além de possibilitar o conhecimento escolar, contribuem para a disseminação de valores. Ao analisar os livros de Geografia produzidos na primeira metade do século XX, a autora constata:

Dentre as temáticas que compunham os conteúdos sobre o Nordeste, a problemática das secas configura-se como uma constante, nos livros didáticos deste período. Ora atrelada à questão do clima sendo discutida de forma geral, relacionando-se com os aspectos físicos, como temperatura, relevo, hidrografia etc., ora limitando-se ao estado do Ceará (Silva, 2014, p. 81).

Para Tamanini e Da Silva (2019), os livros didáticos representam o contexto político e histórico no qual os seus autores estão inseridos, por conseguinte, as imagens, os discursos de representação e demais componentes não são imparciais. Os autores sinalizam que o gênero do estereótipo vinculado à seca está vinculado ao período imperial e à utilização de imagens que tomam a realidade parcial como a totalidade, atuando fortemente “[...] na construção do pensamento, dependendo da sua utilização pode ser uma fonte de construção ou desconstrução de preconceitos” (Tamanini; Da Silva, 2019, p. 326).

Outra questão apontada pelos estudantes se refere ao racismo. Como pode ser percebido nas falas de Marielle e Moa:

*Tem a questão da cor, porque eu sempre estava observando e sentia que, para alguns homens, eu era algo exótico. Falava-se muito: ‘Ah! Você é baiana! Não acredito’. Isso foi algo muito difícil de lidar, de ser vista como exótica. Nisso vinha junto todo o meu reconhecimento enquanto mulher negra e vinha junto esse estereótipo. Então, foi muito difícil para mim (Marielle – migrou da Bahia).*

*Não que em Salvador não tenha [preconceito], mas aqui foi mais gritante para mim. Foi aqui que a primeira vez eu percebi um segurança me seguindo em shopping, por exemplo. Foi aqui que eu percebi gente mudando o lado da rua no sentido contrário que eu estava indo; eu já vi uma vez um casal atravessar a rua por ter me visto; olhou para mim e atravessou a rua [...]. Aqui em Goiânia é mais degradê, as partes mais centrais da cidade, esses setores mais abastados, Marista, Bueno; você só vê preto geralmente trabalhando; você não vê eles [sic] frequentando o local (Moa – migrou da Bahia).*

As falas dos estudantes indicam que a condição racial é um marcador fundamental no processo de afiliação, uma vez que essa população possui as menores taxas de escolarização, e conseqüentemente impacta no percurso escolar (qual escola que acessa e

a necessidade de ter que estudar e trabalhar). Ressalta-se que, conforme a pesquisa *Características gerais dos domicílios e dos moradores de 2022*, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, as regiões Norte e Nordeste concentram os maiores números de autodeclarados negros, 78,4% e 73,9%, respectivamente (IBGE, 2023).

Pesquisa realizada por Durat (2021) indica que os cotistas raciais ingressam na universidade mais tardiamente, comparados com os cotistas sociais. Além disso, levam um tempo maior para integralizar as disciplinas. Essa questão reflete a trajetória educacional desses estudantes: o tipo de escola que acessaram, o acompanhamento da família e até mesmo a condição de conciliar estudo e trabalho.

Para Durat (2021), os estudantes negros na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) vivenciam questões que refletem a estrutura da sociedade, como a vulnerabilidade socioeconômica e a deficiência escolar, e também as marcas de migrarem para uma região predominantemente branca. Para o autor, os estudantes encontram no silêncio uma estratégia de permanência na instituição.

Os estudantes negros cotistas percebem a existência do racismo na região, mas procuram não problematizar tais situações. Assim, pouco se envolvem em atividades que tratam da temática étnico-racial na universidade. O silêncio se evidencia como uma estratégia de resistência e adaptação ao contexto quando 'as piadas e brincadeiras racistas' irrompem; silêncio este utilizado como forma de defesa, para não serem considerados e marcados como vitimistas pelos demais colegas dentro e fora da universidade (Durat, 2021, p. 230).

De acordo com Theodoro (2022), a desigualdade é a base de sustentação da sociedade brasileira e o racismo é um dos componentes que estruturam essa desigualdade. O autor sustenta que as dimensões do trabalho, educação, saúde e ocupação territorial compõem o mosaico da desigualdade a que a população negra está submetida. No que se refere ao mercado de trabalho, os negros estão, em sua maioria, na informalidade: são os que recebem menores salários e ocupam postos mais desvalorizados; são os que acessam de modo diferenciado na sociedade a oferta de saúde e de educação, uma vez que a qualidade desses serviços varia conforme o sistema público ou privado, com isso o cenário das desigualdades se solidifica: “[...] com o racismo operante nos espaços escolares e nas instituições de saúde” (Theodoro, 2022, p. 326). Para o autor, é por meio do preconceito e da discriminação que se reforça a naturalização do fracasso dessa população.

É interessante notar a fala de Maria, que, além de se autodeclarar como mulher branca, cursou a primeira graduação em São Paulo; ao contrário das situações de preconceito que vivenciou lá, não passou por isso quando se mudou para cursar Ciências Contábeis na UFG.

*Ninguém nunca falou do meu sotaque, isso que era algo que em São Paulo eu sentia muito, a xenofobia. Aqui em Goiânia, eu não senti nenhum episódio de xenofobia, pelo contrário, as pessoas sempre falam: 'Ah! Que legal conhecer alguém de lá. Eu já fui lá'. Esse olhar menos de estranheza e ridicularização, como via em São Paulo (Maria – migrou do Pará).*

A fala da estudante é relevante, porque, apesar de não ter passado por situações preconceituosas na UFG, havia vivenciado algo dessa natureza em sua primeira experiência como migrante interestadual para acessar à educação superior, e reafirma o preconceito de origem geográfica como um fato concreto na realidade brasileira. Todavia, cabe o questionamento: será que a sua chegada a Goiânia foi amortecida pelo fato de ter se graduado em São Paulo e não ter vindo direto do Pará? As outras entrevistadas eram mulheres negras ou pardas, até que ponto a questão da raça/cor ameniza ou intensifica o preconceito de origem geográfica? São questões que não podem ser respondidas neste momento, mas que devem ser feitas.

Apesar de compreender os limites deste texto, é importante discutir que esse preconceito é uma construção social e até mesmo artificial, no sentido de ser historicamente produzido. Pauta-se pelas condições estruturais da sociedade, como a concentração de investimentos públicos em determinadas regiões em detrimento de outras, a presença do latifúndio e da monocultura e o lugar necessário que esses estados ocupam na “divisão nacional do trabalho”, ao ofertar, na dinâmica desse sistema produtivo, populações que ocupem empregos subalternizados e com baixos salários, quando não estão na informalidade.

Conforme Albuquerque Júnior (2012), o Nordeste, como recorte regional, nem sempre existiu, foi construído historicamente por meio de um duplo movimento, externamente, por meio dos eventos capitaneados pelo eixo Sul-Sudeste do país, como uma forma de diferenciar-se daquela população, e internamente, como um sentimento e um discurso regionalista criado pelas elites nordestinas. Para o autor:

O preconceito quanto à origem geográfica em relação ao nordestino está associado não só à forma como a região e o seu habitante foram descritos, pensados, definidos pelas próprias elites nordestinas, desde o começo do século XX, mas também está associado a outros preconceitos, como o preconceito de classe, aquele dirigido contra as pessoas pobres, que se ocupam com as atividades mais desqualificadas no mercado de trabalho e preconceito racial, já que a maior parte da população da região é mestiça ou negra (Albuquerque Júnior, 2012, p. 127).

Do ponto de vista cultural, existe todo um arsenal sociocultural que legitima as construções que reforçam as imagens da seca, pobreza, falta de água. Nesse caso, destaca-se a importância do potencial expressivo das artes, seja com a literatura, a pintura e a música. Há uma produção simbólica que naturaliza e reforça esse imaginário coletivo.

Marandola Junior e Dal Gallo (2013) destacam a importância da elaboração das redes sociais para que os migrantes possam se envolver com a cultura local, reduzindo o impacto nas mudanças psicológicas às quais estão sujeitos. O agrupamento entre os sujeitos da mesma região contribui para que amortecem as situações de preconceito e discriminação, de modo que mantenham vivas as referências culturais e identitárias. Para Silva (2016), estabelecer vínculos afetivos consiste em estratégia essencial no período de adaptação, pois eles funcionam como apoio em momentos de dificuldade. A entrada na vida universitária exige mudanças significativas e ocorre de forma simultânea com o embate das diferenças culturais, em que o migrante deve afiliar-se às regras institucionais e criar relações interpessoais com a comunidade universitária e para além dela.

## 5 Considerações finais

A migração estudantil não se limita à simples mudança espacial. É um movimento mais complexo, uma vez que ocorre em decorrência da efetivação de um direito social, que é o acesso à educação superior. Os jovens que realizam esse deslocamento devem construir novas relações sociais e culturais. Esse movimento não ocorre isolado de historicidade dos sujeitos participantes, sendo permeado pelas adaptações, crescimento pessoal, avaliação da escolha profissional e mudanças socioespaciais e de referências identitárias.

Considerando que tais deslocamentos foram potencializados por um conjunto de políticas educacionais implementadas nos governos de Lula e Dilma, é necessário

investigar cada vez mais a complexidade e a diversidade desse fenômeno. Ressalta-se que elas são perpassadas pela evasão, pela eficiência na ocupação das cotas sociais e até mesmo pelas questões subjetivas que podem interferir no processo formativo, como o preconceito de origem geográfica. Apesar de a migração estudantil não ser recente, ela se intensifica devido ao ENEM e ao SiSU. Essas políticas de acesso à educação superior ressignificam as migrações internas; se por muito tempo as migrações de nortistas e nordestinos se justificavam pela possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, mesmo que em empregos mais braçais, agora elas ocorrem pelo acesso à educação superior.

A permanência do estudante está vinculada às condições materiais para permanecer no curso, mas não se pode diminuir o impacto de questões que afetem a subjetividade desses estudantes, podendo influenciar desde a sua permanência no curso até a sua diplomação. Nesse sentido, as universidades, por meio dos projetos de extensão e dos currículos dos cursos, podem incentivar, apoiar e/ou criar espaços formativos que visem desconstruir esse preconceito. Além disso, é importante incentivar que esses estudantes se aproximem, pois o agrupamento entre os sujeitos da mesma região pode contribuir para que amorteçam as situações de preconceito e discriminação, de modo que mantenham vivas suas referências culturais e identitárias.

## 6 Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro*. São Paulo: Cortez, 2016.

ALVES, H. G. S. A. *Migração estudantil interestadual na Universidade Federal de Goiás: políticas, sentidos e juventudes*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Goiás, Inhumas, 2023.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico*. São Paulo: Parábola, 2015.

BALLERINI, D.; SILVA, M. A. Por uma pedagogia da mobilidade: notas sobre migrações estudantis. *Revista Textura*, Canoas, v. 17, n. 34, 2015.

CARDOSO, R. P.; CASTRO, A. P.; FRIO, G. S.; FOCHEZATTO, A. Migração estudantil: uma análise do impacto da política de cotas e do Programa Universidade para Todos. In: MACEDO, F. C.; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA, D. J. (org.). *Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2022. p. 429-459.

COLLARES, A. C. M.; GOELNER I. A. Mobilidade estudantil no ensino superior e seus impactos, ou “Quem está migrando para estudar?”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. *Anais [...]*. Brasília, DF: UnB, 2018. Disponível em: [http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/lista\\_area\\_GT18.htm](http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/lista_area_GT18.htm). Acesso em: 10 maio 2022.

DURAT, K. R. *Resiliência como resistência: a trajetória dos estudantes negros cotistas da UTFPR na região do Sudoeste do Paraná*. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

DUTRA, R. C. A.; AZEVEDO, L. F.; LAIER, A. C. Migrações estudantis: desafios e limites de integração à sociedade de destino. *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, n. 21, 2018.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf). Acesso em: 5 jun. 2024.

INSTITUTO MAURO BORGES. *Migração em Goiás entre 2005 e 2015*. Goiânia: IMB, 2017. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2017/migracao-em-goias-entre-2005-2015.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

LI, D. L. *O novo ENEM e a plataforma SiSU: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil*. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARANDOLA JUNIOR, E.; DAL GALLO, P. M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, 2010.

MIRANDA, P. R.; AZEVEDO, M. L. N. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil?. *Revista Educação e Formação*, Fortaleza, v. 5, n. 3, e1421, 2020.

NÓBREGA, R. “Baianos” e “Paraíbaes”: notas sobre a discriminação contra migrantes nordestinos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. *Anais [...]*. Recife: UFPE, 2007.

ROSÁRIO, D. M.; SOEIRA, E. Nômades do saber: um estudo sobre migração estudantil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 4., 2010, Alagoas. *Anais [...]*. Alagoas: UFS, 2010. Disponível em: [http://educonse.com.br/2010/eixo\\_01/E1-15.pdf](http://educonse.com.br/2010/eixo_01/E1-15.pdf). Acesso em: 10 maio 2022.

SANTOS, J. S. “*Questão social*”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, C. A. *Norte-nordestinos na pós-graduação em Educação (stricto sensu) na cidade de São Paulo*: implicações sobre a construção da identidade. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, M. E. F. A produção e circulação do saber escolar: o Nordeste enquanto conteúdo escolar nos livros didáticos de Geografia. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 4, n. 8, p. 71-87, 2014.

SILVA, P. D. “*Se movimentar sozinho, conhecer seus próprios caminhos*”: representações sociais de migração por jovens universitários que estudam no agreste pernambucano. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

TAMANINI, P. A.; DA SILVA, E. D. R. O Nordeste, as imagens e o ensino: o real e o imaginário na iconografia da seca. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 317-337, 2019.

TERAMATSU, G.; STRAFORINI, R. Do ENEM ao SiSU: cartografia da interiorização do acesso à educação superior no Brasil. In: MACEDO, F. C.; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA, D. J. (org.). *Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2022. p. 123-150.

THEODORO, M. *A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação: o positivismo; a fenomenologia; o marxismo*. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, C. P. A construção da imagem do nordestino/sertanejo na constituição da identidade nacional. In: ENECULT, 2., 2006, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Enecult, 2006.

ZANLORENZI, E. Banalização da preguiça. In: INTERCOM, 22., 1999, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Intercom, 1999. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/24ee909a564a82ff795016dc2b8165d5.PDF>. Acesso em: 10 maio 2024.

**Higo Gabriel Santos Alves**, Universidade Federal de Goiás (UFG)

 <https://orcid.org/0000-0002-1796-6341>

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Goiás e Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo. Assistente Social graduado pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Atua na política de assistência estudantil na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis na Universidade Federal de Goiás.

Contribuição de autoria: Curadoria de dados, escrita – primeira redação, escrita – revisão e edição, investigação, metodologia, validação e visualização dos dados e da pesquisa.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5761732346728537>

E-mail: [higoalves@gmail.com](mailto:higoalves@gmail.com)

**Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto**, Universidade Estadual de Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Grupo de Estudos e Pesquisas em Bourdieu (Gepeb)

 <https://orcid.org/0000-0001-6532-4637>

Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Bourdieu (GEPEB). Professora do Mestrado Acadêmico PPGE/Universidade Estadual de Goiás.

Contribuição de autoria: Escrita – revisão, supervisão, validação e visualização dos dados e da pesquisa.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4308852280662013>

E-mail: [sylvanabn@ueg.br](mailto:sylvanabn@ueg.br)

**Editora responsável:** Lia Machado Fiuza Fialho

**Pareceristas *ad hoc*:** Jader Janer Moreira Lopes e Celso do Prado Ferraz de Carvalho

### Como citar este artigo (ABNT):

ALVES, Higo Gabriel Santos; NOLETO, Sylvana de Oliveira Bernardi. Migração estudantil e preconceito de origem geográfica: um estudo com estudantes do Norte e Nordeste brasileiro na Universidade Federal de Goiás. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 9, e13643, 2024. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/e13643>



Recebido em 21 de julho de 2024.

Aceito em 9 de outubro de 2024.

Publicado em 25 de novembro de 2024.